

Cidadãos, quem? os israelenses e sua relação com os “outros”

Luciana Garcia de Oliveira

Mestranda no Programa de Estudos Árabes e Judaicos do
Departamento de Letras Orientais da Universidade de São Paulo (USP).

Resumo

As perseguições antisemitas na Europa e o contexto de violência durante as primeiras ondas imigratórias na Palestina contribuíram para o surgimento de um tipo de nacionalismo bastante radical que se chocou à primeira vista com os nativos palestinos que resistiram ao domínio de um projeto de supremacia exclusivista sionista. Por outra parte, os aspectos de um lar nacional judeu na Palestina voltado, com prioridade, aos judeus europeus, vítimas do Holocausto nazista, fomentou, mais tarde, o aparecimento de graus de discriminação aos “outros judeus”. Com a chegada de grandes levas de imigrantes judeus do Norte da África e do Oriente Médio, os Sefarditas, surgiram também a preocupação com a identidade unificadora do novo Estado. Era imaginado que Israel não poderia deter uma identidade oriental, devendo permanecer ocidental, sob primazia Ashkenazita, o que repercutiu também, mais pra frente no tratamento aos judeus etíopes, sobretudo aos imigrantes em caráter irregular, que entram frequentemente em Israel com o status de refugiados, vítimas de perseguições políticas, da fome e das guerras na África. O artigo, no entanto, visa analisar o contexto do conflito Israel-Palestina, diante da complexidade e da multiculturalidade da sociedade israelense e assim tentar estabelecer alguns questionamentos acerca da Democracia e cidadania em Israel.

Palavras-chave Israel, cidadania e democracia.

Abstract

The anti-Semitic persecution in Europe and the context of violence during the first immigration wave in Palestine, contributed to the emergence of a kind of quite radical nationalism that crashed, at first sight, with the native Palestinians who resisted the exclusive domain of a Zionist supremacy project. On the other hand, the aspects of a Jewish national home in Palestine oriented, with priority, to European Jews, victims of the Nazi Holocaust and promoted later to the appearance of degree of discrimination for “other Jews.” With the arrival of large numbers of Jewish immigrants from North Africa and the Middle East, the Sephardim, also emerged the concern with the unifying identity of the new state. It was imagined that Israel would not hold an eastern identity and must remain west, under Ashkenazi primacy, which reflected also, further ahead, in the treatment of Ethiopian Jews, especially to the immigrants in an irregular character, which often come into Israel with the status of refugees, victims of political persecution, hunger and of the wars in Africa. The article however aims to analyze the context of the Israeli-Palestinian conflict, faced the complexity and multiculturalism of Israeli society and so try to establish some questions about democracy and citizenship in Israel.

Keywords Israel, citizenship and democracy.

A Terra Prometida

Uma noite me disseram: vamos retornar à Palestina. Caminhamos no escuro por muitos quilômetros em caminhos árduos e sinuosos nas montanhas – eu, meu tio e um guia que tirava seu sustento do conhecimento que tinha da região. De manhã, deparei-me com um muro de aço de esperança esvaída. Finalmente eu estava na Palestina prometida. Mas onde ela estava? Não. Não, esta não é a Palestina, aquela terra mágica, o fim de minhas trevas e do tormento! E ela não me abraça como eu havia imaginado.¹

A fundação do Estado de Israel em um contexto permeado por guerras, genocídios e perseguições fomentou o aparecimento de um nacionalismo em grau elevado. O “consenso ideológico” da maior parte do pensamento sionista revelava o principal obstáculo na reconciliação com os árabes na Palestina, qual seja, a ideia de que a Palestina deveria abrigar uma maioria judaica. O pressuposto do sionismo político era, no entanto, uma suposta falência do sistema democrático. De acordo com o pensamento de seu fundador, Theodor Herzl, os judeus, assim como qualquer comunidade organicamente constituída, deveria obter um Estado independente. A reafirmação da ideia de nacionalidade como cognato de “Nação” impulsionou um sentimento de povo em Israel. Porém, o seu uso oficial inaugurou um tipo de “discurso da diferença”, a qual passou a sustentar a implementação de novas distinções coletivas.

A espécie de lógica usada na decisão *Shelach* é proeminente na fala do dia-a-dia e nas representações da mídia de massa, na medida em que os judeus israelenses cada vez mais utilizam a expressão “Povo de Israel”, significando o “Povo Judeu”, em lugar da expressão “cidadãos de Israel”. Quando a expressão “Povo de Israel” é usada de forma intercambiável com a de “cidadãos israelenses”, a distinção entre nacionalidade judaica e cidadania israelense é apagada, empurrando os não-judeus para as margens do Estado e mais além.²

De acordo com um grande contingente judaico espalhado pela diáspora, o antisemitismo era uma reação natural diante da “diferença” em um organismo estrangeiro. Porém, o ideal liberal defendido pelo movimento sionista contradizia o sionismo cultural ao qual não negava explicitamente a viabilidade de uma organização democrática, especialmente

1 FARAH, Paulo Daniel. *Mahmud Darwich: a terra nos é estreita e outros poemas*. Bibliaspa: São Paulo, 2012, p. 29.

2 HANDELMAN, Don. “Contradições entre cidadania e nacionalidade: suas consequências para a etnicidade e desigualdade em Israel”. Tradução de Saul Kirschbaum. In: *International Journal of Politics, Culture and Society*. V. 7, n. 3, pp. 441-559, 1994.

com relação aos elementos da cultura, muito embora a Palestina fosse considerada unanimemente como referência espiritual para os judeus ao redor do mundo. E o que as lideranças sionistas ofereceram à população árabe da Palestina eram alguns artifícios institucionais de modo a salvaguardar os seus direitos “civis”, após o estabelecimento do Estado judaico e assim garantir que nenhum de seus direitos fossem violados. Diante de tais pressupostos, os dissidentes do movimento sionista denunciavam sobre a real intenção sionista no estabelecimento de direitos superiores, presumindo, nesse sentido, a vontade de dominação dos árabes da Palestina. Esses ideais confrontavam ampla e diretamente ao princípio democrático da cidadania.

Nesse sentido, para o movimento sionista, a pátria “histórica” do povo judeu significava a incorporação de toda a Palestina, incluindo por sua vez a Transjordânia, as Colinas de Golan e o Sul do Líbano. A partição da Palestina era vista por parte de algumas lideranças sionistas como Davi Ben Gurion como um mero compromisso provisório até a oportunidade para a plena concretização do *Endziel* sionista.³ O êxito desse empreendimento, portanto, dependia diretamente do apoio de uma (ou mais) grande potência, sobretudo frente à possibilidade real de resistência da população nativa a esse projeto nacional estrangeiro. O estabelecimento de um Estado judaico invariavelmente e, da mesma forma, fazia parte da estratégia de uma grande potência, portanto os colonizadores deveriam se subordinar ao projeto imperialista dominante. E foi exatamente o que o sionismo político realizou desde o início.

O projeto de um Estado Nação na Palestina é também bastante questionado, profeticamente nas palavras de Hannah Arendt. Nos textos que compõem *The Jewish Writings*, obra editada em 2006, a qual reúne uma série de textos, que revelam as percepções da filósofa acerca de algumas categorias como judaísmo, antissemitismo e sionismo, é também considerada a única obra pela qual Hannah Arendt introduz algumas percepções acerca da questão internacional da Palestina.⁴ Sobre esse assunto, Arendt revelou com mais clareza, os paradoxos políticos do Estado Nação, sobretudo quando o modelo de Estado Nação implementado depende de nacionalismos, sob formulações que invariavelmente deverão produzir uma enorme quantidade de apátridas, muita miséria e um estado de violência sem precedentes. De acordo com a crítica dessa mesma obra publicada no site da editora *London Review of Books*, a filósofa Judith Butler enfatiza que, “paradoxalmente e talvez com astúcia,

3 FINKELSTEIN, Norman G. *Imagem e Realidade do Conflito Israel-Palestina*. Rio de Janeiro: Record, 2005, p. 69.

4 A obra *The Jewish Writings* encontra-se em processo de tradução para a língua portuguesa por parte de alguns pesquisadores, integrantes do Centro de Estudos Hannah Arendt, da cidade de São Paulo, Brasil. E deverá ser lançado no Brasil no ano de 2016, pela editora Manole, porém ainda não possui título definido em língua portuguesa.

os termos em que Arendt criticou o fascismo vêm à tona para divulgar suas críticas ao sionismo, embora ela não confunda as duas ideologias”.⁵

Se logo após as atrocidades cometidas desde antes da Segunda Grande Guerra, resultou na chamada questão internacional judaica, marcada pela presença importante de uma enorme quantidade de apátridas espalhados por diversos países ao redor do mundo, o sionismo pôde ser considerado como um movimento nacional judaico, a fim de garantir um lar nacional para o povo judeu. Por outro lado e, sobretudo, após a fundação do Estado de Israel no Oriente Médio, o sionismo foi definido, por parte da população nativa da Palestina, como um movimento puramente colonialista e, em alguns aspectos, profundamente discriminatório. De acordo com Edward Said, na obra *A questão da Palestina*, o sionismo sob o ponto de vista das vítimas visava criar uma sociedade absolutamente “nativa” e, ao mesmo tempo, “estava determinado a não entrar em acordo com os verdadeiros nativos que ele estava substituindo por novos (mas essencialmente europeus)”.⁶

A ideologia sionista, concebida como um desejo de autodeterminação política e religiosa dos judeus por uma identidade nacional judaica na Terra Prometida, não é abrangente suficientemente para esclarecer o que o sionismo causou a algumas esferas judaicas e sobretudo aos não-judeus os quais se depararam com ele. A escassez de conhecimento histórico que permitiu a disseminação de simplificações como a referente a judeus *versus* árabes, aliado ao receio pela divulgação sobre o tratamento acerca da questão sobre o que alguns judeus fizeram as suas vítimas durante a II Guerra Mundial, contribui para o que Edward Said classificou como “uma imposição estúpida e regulada de apoio quase unânime a Israel”.⁷ Cabe ressaltar, no entanto, que a aquisição de terras em um terreno estrangeiro descaracterizou a ideologia sionista de libertação nacional, passando a também ser considerado como um movimento colonial.

Para aqueles palestinos que o sionismo desalojou, não é de modo algum justificativa suficiente que os judeus tenham sido vítimas do antissemitismo europeu e, diante da opressão constante de Israel, poucos palestinos conseguem ver além de sua realidade, isto é, depois de serem as vítimas, os judeus ocidentais tornaram-se os opressores em Israel (de árabes-palestinos e judeus-orientais).⁸

5 BUTLER, Judith. *I merely belong to them*. Disponível em: <<http://www.lrb.co.uk/v29/no9/judith-butler/i-merely-belong-to-them>>. Acessado no dia 19 de janeiro de 2016.

6 SAID, Edward W. *A Questão da Palestina*. São Paulo: Editora UNESP, 2003, p. 101.

7 *Ibidem*, p. 67.

8 SAID, Edward W. *Op.cit.*, p. 78.

A constatação de que praticamente nenhum palestino foi capaz de fazer as pazes com o sionismo comprova o quanto que, sob o ponto de vista palestino, o sionismo pode ser considerado um tipo de colonialismo bastante inflexível, racista e discriminatório.

O resultado é que, para os judeus, é impossível compreender a tragédia humana que o sionismo causou aos árabes-palestinos, assim como é impossível para os árabes-palestinos ver no sionismo algo além de uma ideologia e de uma prática que mantêm a eles mesmos e aos judeus israelenses encarcerados.⁹

O Estado de Israel tendeu parecer uma entidade negativa para os árabes-palestinos. Antes da imigração judaica na Palestina, o movimento sionista compartilhava a ideia de que os nativos não estariam por lá. Entretanto, a rejeição popular frente à ideia de uma soberania judaica sobre a Palestina já estava sendo demonstrada em uma série de rebeliões e manifestações públicas à medida em que os colonos chegavam à Palestina. Durante a Guerra de Independência, atrocidades como o massacre de *Deir Yassin* produziram certo efeito quanto a existência de um povo árabe palestino. E a necessidade em controlar um contingente indesejável propiciou a promulgação e adoção de Leis Emergenciais de Defesa, que além do controle dos árabes palestinos que viviam nos territórios ocupados, permitia uma progressiva “judaização” da cidade sagrada de Jerusalém.

Mais tarde, a proclamação da Resolução 3379 nas Nações Unidas em 1975 a qual declarava expressamente o sionismo como uma forma de racismo e de discriminação racial causou uma série de manifestações negativas. A essa altura e nessa mesma medida, muito além da questão internacional da Palestina, já eram observados que as conquistas a favor dos judeus europeus perseguidos na II Guerra Mundial não havia contemplado uma maioria judaica árabe, os *Sefarditas*.

A “fusão dos exílios”

No contexto israelense, muito além da conhecida dicotomia entre árabes-palestinos contra israelenses, a presença de uma entidade intermediária de judeus árabes e orientais, os *Sefarditas*, tornou a questão da cidadania em Israel muito mais complexa do que podemos imaginar. Uma análise mais completa deveria, da mesma forma, incluir os prejuízos do sionismo para os judeus orientais que atualmente constituem a maioria da população judaica em Israel. Apesar do sionismo ser considerado um movimento de libertação dos judeus

9 SAID. *Op. cit.*, p. 79.

europeus, o movimento político alega oferecer uma pátria a todos os judeus ao redor do mundo. Ocorre que desde que chegaram em Israel, os judeus orientais foram sistematicamente discriminados por um sionismo que sempre favoreceu aos judeus europeus, os *Askhenazis*. Por outro lado, em termos demográficos, a maioria da população israelense é oriunda de países considerados subdesenvolvidos ou do Terceiro Mundo e o pior, detém como idioma nativo a língua árabe, a mesma dos seus “inimigos” nacionais.

Os palestinos perfazem cerca de 20% da população, ao passo que os *Sefarditas*, cuja maioria provém, em um passado muito recente, de países como o Marrocos, Argélia, Egito, Iraque, Irã e Índia, comumente classificados como de Terceiro Mundo, constituem mais de 50% da população, ou seja, 70% da população são do Terceiro Mundo ou dele provenientes (cifra que chega a quase 90% se Cisjordânia e Gaza forem incluídos). A hegemonia europeia no país, nesse sentido, é fruto de uma minoria numérica distinta, interessada em minimizar os traços distintivos do Oriente e do Terceiro Mundo de Israel.¹⁰

Assim, de acordo com a narrativa oficial sionista, o sionismo europeu teria “salvado” os judeus *Sefarditas* e os conduzido à uma sociedade moderna ocidental. Mesmo assim, um problema grave persiste. Muito devidamente à falta de experiência democrática na África e na Ásia, os judeus orientais tendem a ser extremamente conservadores e religiosos radicais, esse comportamento torna-se largamente contrastante aos judeus europeus que, de uma maneira geral, são conhecidos como liberais, seculares e cultos. Geralmente os *Sefarditas*, em sua maioria antissocialistas são a base de apoio dos partidos de direita e extrema direita em Israel e, em razão da “experiência cruel em terras árabes”, muitos tendem a ter ódio dos árabes, por isso esses contingentes acabam por ser um obstáculo a quaisquer acordos de paz.

A absorção de grandes levas de imigrantes judeus advindos de países do Oriente Médio e do Norte da África foi considerado para muitos israelenses como um perigo para o projeto nacional de reafirmação de uma cultura europeia e ocidental em Israel. Por isso, havia a necessidade de que esses novos cidadãos fossem absorvidos pela cultura israelense de supremacia *Askhenaz*. Era observado que a maior parte das referências nos meios de comunicação em Israel aos judeus árabes era negativa:

They are lazy”, wrote one newspaper. “They have grown accustomed to living at public expense... They have already stolen 20.000 plates and 18.000 forks, and now they are stealing sacks of food, so that armed guards have had to be stationed outside the stores”. The same newspaper wrote a while later: “most of the new settlers, who are almost without exception survivors of the concentration

10 SHOHAT, Ella. “Os Sefarditas em Israel: o sionismo do ponto de vista das vítimas judaicas”. In: *Novos Estudos – CEBRAP*. P. 79, pp. 117-136, nov. 2007, p. 119.

camp, and as a result of their experience abroad, have removed fixtures from the houses, such as door frames, pipes and faucets, and sold them in Tel Aviv.

[...]

In March, 1951 Haaretz described the condition of the Iraqi immigrants in one of the camps: many of the parents send their children to steal, and the teachers are helpless to prevent this. "If I don't do as my parents tell me", said one little girl, "they give me less food and double the beatings [...]". The children sometimes drink arak and are trained to lie [...].¹¹

As reportagens sobre os chamados "campos de transição", locais pelos quais esses imigrantes permaneceram antes de entrarem em Israel, destacavam comumente estereótipos negativos a fim de alertar a sociedade israelense, sobretudo as esferas mais intelectuais, acerca do perigo de o novo Estado subsidiar essa nova onda migratória. A maior parte das queixas referia-se aos diversos problemas sociais frequentemente enfrentados nos países do Norte da África como na Argélia, Tunísia, Marrocos, Egito e Líbia. Eram destacados problemas como a tráfico de drogas, prostituição, incidência de doenças infectocontagiosas e os crimes hediondos. O maior receio era a possibilidade da nova sociedade israelense absorver os valores, tradições e os "prejuízos" do Oriente, ao invés dos *Mizrahin* assimilarem o *status* sionista ocidental conforme estava sendo planejado.

Muito embora seja senso comum imaginar que as comunidades judaicas do Norte da África e Oriente Médio tenham sido sumariamente vítimas de *pogroms* após a fundação de Israel, algumas reportagens que figuravam na imprensa israelense escondiam o que estava sendo constatado pelos emissários israelenses instalados nos países árabes. Uma considerável parcela da comunidade judaica no Mundo Árabe e Islâmico não era vítima de perseguições racistas e as causas para a imigração ao recém Estado judeu eram diversas, o que incluíam motivações de ordem individual. Muitos judeus árabes e persas, inclusive, vinham de países da Europa. Na obra *1949: the First Israelis*, Tom Segev menciona que havia uma estimativa de uma minoria de judeus africanos que demandavam ajuda. Em muitas localidades, a comunidade judaica do Norte da África era bastante próspera, com alto nível de qualificação e viviam em harmonia com as comunidades árabes locais. Era notado que muitos judeus migravam em decorrência da propaganda sionista promovida por agentes israelenses na região do Norte da África, Oriente Médio e principalmente no Iraque.

Estava sendo constatado que o apoio à imigração *Sefardita* não havia sido uma iniciativa benevolente, segundo é retratado pelo discurso oficial. Desde o princípio, os *Sefarditas* eram tão somente uma fonte de mão de obra barata e que deveria ser moldada aos ditames do novo Estado. A iniciativa pela imigração desse contingente foi impulsionada em

11 SEGEV, Tom. *1949: The First Israelis*. London: The Free Press, 1998, p. 159.

decorrência do fracasso da imigração europeia para a Palestina.¹² E a crítica *Sefardita* do *establishment* de Israel é frequentemente suprimida em prol da unidade do povo judeu após o Holocausto.

Em 1948 já havia muitos domicílios vazios em Israel, em decorrência do episódio que ficou conhecido como a *Nakba* (catástrofe) palestina. Os primeiros a ocuparem esses novos lares foram os judeus europeus, perseguidos na Europa e, em seguida, algumas localidades também haviam sido destinadas aos judeus orientais. Os últimos também serviram para substituir a mão de obra árabe-palestina.

Quando já estavam alocados em Israel, era observado que esses imigrantes detinham uma educação mínima, muitos eram religiosos fervorosos, praticamente nenhum deles sequer tinha qualquer conexão com Israel, a grande maioria não conhecia a língua hebraica e muitos traziam consigo uma forte tradição patriarcal. Em contraste, os imigrantes europeus eram comumente recebidos por familiares e amigos próximos e, a essa altura já estavam recebendo reparações da Alemanha.

Os imigrantes *Sefarditas*, em sua maioria desempregados, progressivamente foram expostos aos subempregos, a trabalhos pesados, por trás de uma construção ideológica que os consideravam como os responsáveis pela “construção da nova pátria”. Em contraste, nessa mesma ocasião, em meados de 1949 o governo da Polônia havia permitido a imigração de cerca de 15.000 a 25.000 judeus à Israel. Era notado por sua vez uma diferença importante no modo em que foram recepcionados:

Toward the end of the year, the Jewish Agency Executive had come to the conclusion that the Polish Jews deserve better reception than their predecessor. “There are respectable people among them”, it was said, by way of explanation. To spare them the hardships of the camps, it was proposed to house them in hotel, or, alternatively, to evacuate one entire camp and make it comfortable for them. At the same time the Jewish Agency hastened to make arrangements for their permanent housing which were in part, houses that had already been earmarked for the immigrants from Arab countries. They also sought to obtain special budgets to facilitate their acquisition of the apartments, and even considered a special fund for that purpose to be raised abroad.¹³

Tal diferença tornou-se ainda mais escandalosa na medida em que haviam sido relatados acerca do tratamento dispensado aos judeus do Iêmen. Diversas fontes foram capazes de retratar a brutalidade na imposição de um modelo *Askhenaz* sionista aos

12 “Foi somente após o fracasso da imigração europeia (mesmo no período posterior ao Holocausto, a maioria dos judeus europeus optou por imigrar para outros lugares) que o *establishment* sionista decidiu levar imigrantes *Sefarditas* em massa”. In: SHOHAT. *Op. cit.*, p. 134.

13 SEGEV. *Op. cit.*, p. 175.

imigrantes vindos de *Aden*. Assim que adentraram ao novo Estado suas roupas foram queimadas como medida higienista, de modo a evitar a contaminação de determinadas enfermidades à sociedade israelense. No lugar das vestes de influência islâmica foram entregues roupas de estilo ocidental, calças e vestidos para as mulheres que nunca haviam sequer experimentado. A maior parte dos nomes originais foram trocados por outros, considerados “mais adequados” ao Estado de Israel.¹⁴

Muito além da questão dos judeus do Oriente Médio e do Mundo Muçulmano, outra questão considerada por muitos como controversa é a presença dos judeus etíopes, ou *Falashas* (termo pejorativo para “estrangeiros”) como são conhecidos em Israel. Os etíopes formam uma comunidade composta de cerca de 80.000 pessoas em Israel. Juntamente com os judeus originários da região de *Konkan*, na Índia, esses dois grupos especificamente se destacam “pelos problemas de aceitação ante o rabinato e perante a Lei do Retorno”.¹⁵ Durante a chegada desses imigrantes ao Estado de Israel havia sido imediatamente notado o desconhecimento do idioma hebraico, além disso, eles adotavam um calendário, rezas, ritos e costumes bastante diversos à comunidade judaica *Askhenaz* de Israel. A entrada dos judeus africanos deveu-se ao esforço e interesse do governo israelense em subsidiar a sua vinda. Por outro lado, seu *status* judaico era frequentemente posto em dúvida por diversas autoridades religiosas. Na primeira grande operação de resgate, conhecida como a *Operação Moisés*, com início no final do ano de 1984 e começo de 1985, cerca de 10.000 judeus etíopes foram resgatados.

O impacto cultural foi percebido logo no início. A maioria dessas pessoas eram oriundas de regiões agrárias, muitos não eram providos de educação superior, bastante contrastante com uma sociedade moderna e tecnológica com a qual passariam a viver. Os adultos ficaram marginalizados e muitos jovens haviam sido encaminhados para um tipo de sistema educacional religioso, a fim de aprenderem o que era considerado como o “judaísmo correto” e assim não sofrerem com os impactos da mudança. A comunidade etíope foi absorvida nos bairros periféricos de Israel e tiveram pouco acesso aos empregos formais. Mesmo sob condições precárias, as pressões da comunidade de judeus etíopes foram fundamentais para o resgate do restante da comunidade no país de origem, a segunda Operação, conhecida como *Operação Salomão* (1991), coincidiu com uma nova onda imigratória da antiga União Soviética, o que será mencionado mais adiante.

Nesse passo, Israel vê surgir, também, manifestações racistas. A imprensa noticiou diversos casos. Em um deles, um grupo de soldados judeus-etíopes destruiu um bar em *Tel*

¹⁴ *Ibidem*, p. 184.

¹⁵ CARVALHO, Francisco Moreno. “Judeus Etíopes: origens e destinos”. In: *Cadernos de Língua e Literatura Hebraica*, 2014, p. 06.

Aviv depois que seu dono negou a servir-lhes comida, alegando que “só serviria comida para gente”. Uma infeliz declaração do Ministro da Saúde, em 1994, orientando a não receber doação de sangue de judeus etíopes pois por serem oriundos do continente africano eram passíveis de serem portadores de doença infectocontagiosas, gerou protestos violentos. Adissu Massala, deputado judeu etíope pelo partido trabalhista declarou diante das câmeras: “Gostaria de informar que esse é o nosso país. Quem não gosta pode se mudar”.¹⁶

Os não judeus

Muito além da incidência de práticas discriminatórias aos judeus não-europeus, o problema mais antigo em Israel vem desde as primeiras imigrações na Palestina datadas de meados da década de 1930. A questão da Palestina pode ser considerada o problema central e o mais importante em Israel e traz repercussões em diversos países vizinhos ao novo Estado. Foi, no entanto, após o episódio da guerra de Independência ou a *Nakba* palestina (1947-48) que o recém criado parlamento israelense, o *knesset*, criou duas leis de atuações complementares na reafirmação e redefinição de um estado de ocupação territorial. A primeira, formulada em 1950, visava, acima de tudo, prevenir as massas palestinas de retornarem e permanecerem em Israel. A segunda lei, por sua vez, tornou-se mais famosa, a já mencionada *Lei do Retorno*, que garantia a todo e qualquer judeu do mundo o direito de imigrar e constituir residência, tornando-se legítimo cidadão de Israel.

Os palestinos que ainda residem no território sob o controle israelense, após 1947, se tornaram cidadãos do Estado judaico. E, após 1967, em decorrência da anexação dos territórios do Sinai, Gaza, Golan e da região Leste de Jerusalém, foi imediatamente instaurado um Estado de exceção (sob controle militar) e seus residentes passaram a adquirir um status de “residentes permanentes de Israel”, ou seja, não poderiam ser considerados cidadãos plenos.

Tais artifícios legislativos presentes na realidade israelense tendem a evitar ou a dificultar a manifestação natural da identidade palestina e, muito além da discriminação de certas escalas da sociedade israelense, com o passar do tempo, o governo israelense produziu novos aparatos legais de modo a restringir os direitos palestinos dentro da sociedade israelense, como a Lei de Cidadania, a de Imigração, a de Reunião Familiar, a de Confisco de Terras. O modo pelo qual os palestinos são comumente denominados em Israel, “árabes israelenses”, foi absolutamente imposta pelo governo do Estado de Israel. Tal denominação, de forma indireta, tende a excluí-los de sua verdadeira identidade palestina. Isso porque desde a infância os palestinos enfrentam um processo educacional separado das crianças judias.

¹⁶ CARVALHO, Francisco Moreno. *Op.cit.* p.13.

Assim, as crianças palestinas são submetidas às escolas árabes com um currículo em hebraico, com uma narrativa sionista e muito pouco da história oficial da Palestina. Dessa forma, as crianças palestinas israelenses percorrem um longo período até a fase adulta sob um processo de esquecimento da sua língua materna, história e cultura palestinas.

Semelhante ao tratamento educacional dispensado às crianças palestinas, as crianças *Sefarditas*, muito embora sejam judias, são obrigadas a estudar uma história sob o ponto de vista ocidental, que privilegia as realizações e as guerras ocidentais em detrimento da história das civilizações do Oriente.

Presume-se, portanto, que a história *Sefardita* moderna tinha início com a chegada dos judeus *Sefarditas* à Israel e, mais precisamente, com as operações *Tapete Mágico* e *Ali Babá* (a primeira refere-se à transferência dos judeus iemenitas para Israel, em 1949-50, e a segunda, dos judeus iraquianos, em 1950-51). Os nomes em si, retirados de *As Mil e Uma Noites*, já evocam atitudes orientalistas por colocar em primeiro plano a religiosidade ingênua e o atraso tecnológico dos *Sefarditas*, para quem os aviões modernos eram “tapetes mágicos” que os transportavam até a Terra Prometida.¹⁷

De acordo com Ella Shohat, a pressão das ondas de imigração *Askhenaziz* sionistas e, diante do poderio de suas instituições, “a distinção entre judeus e sionistas tornava-se cada vez mais precária”. E ainda ressaltou: “Se o movimento nacionalista árabe tivesse mantido essa distinção, [...] teria havido chances significativas de obter o apoio *Sefardita* para a causa antissionista”.¹⁸

O sentimento de temor e ameaça suscitado pelos palestinos impede a grande maioria dos refugiados de reivindicarem pelo direito de poder retornar de fato aos seus antigos lares. Exceção à parte, podemos citar dois exemplos considerados de extrema raridade: são os casos dos vilarejos de *Kafr Bir'im* e *Iqrit*, os quais passaram a ser conhecidos por serem dois dos poucos lugares para os quais seus antigos moradores conseguiram retornar. Antes, muitos moradores expulsos desses locais em 1948 haviam permanecido nas fronteiras do novo Estado, tornando-se cidadãos israelenses e, ao mesmo tempo, cidadãos-refugiados, denominação de difícil compreensão para os analistas e acadêmicos estudiosos da diáspora palestina.

Muito embora o retorno tenha sido consumado, o *Israel Land Authority* vem trabalhando com afinco com o claro objetivo de expulsar novamente os seus legítimos moradores de *Kafr Bir'im* e *Iqrit*. Isso porque algumas localidades dessa mesma região, como é caso do cemitério e a igreja, estão ainda sob disputa judicial. Muito além disso, a

¹⁷ SHOHAT. *Op. cit.*, p. 125.

¹⁸ *Ibidem*, p. 129.

comunidade de palestinos cristãos tem sido vítima diariamente de algumas medidas punitivas e de inúmeros assédios de diversas naturezas, isso porque os inspetores israelenses bloqueiam frequentemente as estradas que dão acesso ao cemitério e à igreja, localidades onde praticamente todos os moradores desejam visitar e frequentar, o que torna a permanência dos palestinos de *Kafr Bir'im e Iqrit* uma atividade diária de perseverança.¹⁹

A crença sionista, prevalecente desde antes da fundação do Estado de Israel, de que a Palestina deveria abrigar em seu interior uma maioria judaica, é posta em prática ainda nos dias de hoje por meio de uma série de artifícios militares, políticos, jurídicos e culturais. O consenso ideológico sionista serviu como um primeiro passo para a sua hegemonia dentro do Estado de Israel e, da mesma forma, nos territórios ocupados por Israel, como são os casos da Faixa de Gaza, Cisjordânia e Jerusalém Oriental.

Como a classe dominante tornou-se a classe dirigente do Estado de Israel, a sua visão de mundo não foi transmitida na forma de ideologia, mas travestida de nacionalismo: um nacionalismo com uma ideologia excludente, que pode ser percebido nas leis israelenses que, criou uma espécie de “cidadãos de segunda classe” no interior do Estado, os árabes-israelenses ou “palestinos de 1948” (em referência a *Nakba*) e deixou os territórios ocupados em 1967 – a Cisjordânia e a Faixa de Gaza – em uma situação ambígua, nem dentro nem fora do Estado.²⁰

Nesse sentido, foram possibilitadas algumas medidas que, para muitos, podem ser consideradas abusivas, mas dentro da conjuntura de conflito permanente na Palestina, é visto com naturalidade por parte de alguns grupos de cidadãos israelenses, sobretudo pelos nacionalistas religiosos residentes dos muitos assentamentos, dos locais que para eles compõem a *Eretz Israel*, como previa o Velho Testamento sobre o legado do povo judeu a toda a Palestina e não a uma parte. É o caso da recente construção de linhas de ônibus exclusivas para os palestinos que residem na Cisjordânia e que trabalham em Israel, sob a justificativa de que os colonos residentes na Cisjordânia se sentiriam inseguros em dividir o transporte público com os palestinos. A notícia e as fotos das linhas de ônibus exclusivas foram retratadas como um escândalo por parte dos mais diversos meios de comunicação internacionais.²¹

19 APARÍCIO, Eitan Bronstein. *Hope during Wartime: A Palestinian Return*. Disponível em: «<http://972mag.com/hope-during-wartime-a-palestinian-return/94658/>». Acesso em: 15 maio 2015.

20 HUBERMAN, Bruno. “Judaização da Palestina: a sofisticação do projeto colonial israelense a partir de 1967”. In: IV SIMPÓSIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO PROGRAMA “SAN TIAGO DANTAS” (UNESP, UNICAMP E PUCSP), 2013, São Paulo. Anais do IV Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Programa “San Tiago Dantas”. Disponível em: «<http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br>». Acesso em: 15 maio 2015.

21 A criação de linhas de ônibus exclusivas para árabes-palestinos também foi divulgado pela imprensa brasileira, de acordo com a matéria escrita pela correspondente internacional em *Tel Aviv*, Guila Flint:

E muito além da questão das linhas de ônibus exclusiva, é na cidade de Hebron, também localizada na Cisjordânia que os aspectos de segregação e exclusividade tornam-se ainda mais alarmantes. A cidade pode ser considerada a mais dividida de toda a Palestina ocupada, todas as restrições concernentes à liberdade de locomoção e de comércio entre a enorme comunidade palestina são justificadas por questões de segurança e proteção aos cerca de 800 colonos judeus, que vivem no centro da cidade, o que torna, por sua vez, a situação de *Hebron* excepcionalmente volátil a contínuas explosões de violências.²²

Medidas como essas dificultam de modo progressivo todo o cotidiano e a rotina palestina. Por outra parte e muito além do desconforto com a situação dos assentamentos ilegais, o muro e a enorme quantidade de *checkpoints* espalhados pelas cidades árabes-palestinas, os palestinos residentes da Cisjordânia enfrentam um sistema jurídico profundamente desigual. Isso porque enquanto os palestinos são normalmente submetidos a um tribunal militar quando violam a lei, os colonos israelenses são geralmente julgados por tribunais civis israelenses.

Além do problema palestino e embora o estabelecimento do Estado de Israel tenha sido diferente dos demais Estados nação, alguns problemas provenientes da relação entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos também passaram a fazer parte da realidade de Israel. Estava sendo observado que muitos imigrantes atravessavam as fronteiras, tornavam-se “trabalhadores temporários” até permanecerem na condição de residentes. Em sua maioria esses imigrantes eram basicamente africanos e latino-americanos.

A situação desses imigrantes em caráter irregular torna-se muito mais vulnerável a partir do momento que o governo israelense decidiu implementar a deportação de cerca de 1000 imigrantes por mês (*Haaretz*, 13 de setembro de 1998).²³ Os imigrantes não judeus em Israel são frequentemente alvo de fortes restrições à sua entrada. Essas restrições inflexíveis aos imigrantes irregulares passaram por mudanças significativas após a Primeira *Intifada*, em 1987. A revolta organizada pelas lideranças árabes-palestinas compeliu para que o governo de Israel fechasse suas fronteiras entre as cidades israelenses. A ocupação dos territórios palestinos no início de 1993 resultou na falta de mão de obra em Israel, que motivou o subsídio à imigração de trabalhadores temporários vindos de países como a Romênia, Tailândia e Filipinas. A

«http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/03/130304_onibus_palestinos_gf.shtml». Acesso em: 18 maio 2015.

22 “Hebron Settlements Make Palestinian Life Nearly Impossible”. In: *The Electronic Intifada*. Disponível em: «<http://electronicintifada.net/content/hebron-settlements-make-palestinian-life-nearly-impossible/7138>». Acesso em: 18 maio 2015.

23 KEMP, Adriana, RAIJMAN, Rebeca, RESNIK, Julia and GESSER, Silvina Schammah. “Contesting the Limits of Political Participation: Latinos and Black African Migrant Workers in Israel”. In: *Hebrew University*, March, 2012, p. 96.

chegada de trabalhadores estrangeiros também aumentou, na mesma proporção, a entrada de imigrantes irregulares. Aliado às hostilidades e aos conflitos com os palestinos, vieram à tona o grande dilema em Israel: de um lado a defesa pelo caráter judaico do Estado e do outro a consolidação da Democracia.

Os imigrantes africanos chegam em Israel no início do ano de 1980, por intermédio de inúmeros países como a Nigéria, Gana, Etiópia, Eritreia, Serra Leoa, República Democrática do Congo e África do Sul. Com eles foram criadas diversas organizações sociais representativas como algumas Igrejas Pentecostais e Metodistas, clubes de música e esportes. Com relação aos latinos, a maior parte advém da Colômbia, Chile, Equador, Bolívia e Venezuela. Mais religiosos, os latinos primaram pela criação de organizações confessionais.

Religious organizations play an important role for Latin-American migrant workers not only as a source of spiritual and moral support but also as place for exchanging vital information about remittances, health care, kindergartens and schools. By offering their congregations the opportunity to learn Hebrew, the local language and English, as well as various activities such as sewing and hairdressing lessons or youth groups, churches provide a source for individual empowerment. Latino migrants attend two kinds of religious organizations: 1) Catholic churches in Jaffa which hold weekly Latino gatherings; 2) Independent religious organizations, mostly evangelist, created by the migrant workers themselves. Many of them are supported by the central headquarters outside Israel and some have established connections with the network of Arab Protestant churches in Israel.²⁴

Em diversas instituições africanas em Israel é invocado o sofrimento dos negros ao longo da história e a memória da escravidão africana que, por diversas ocasiões são comparadas com as atrocidades cometidas durante o Holocausto nazista na Europa, a fim de reclamar por asilo em Israel, sob *status* de refugiados de perseguições políticas, guerras e da fome nos países de origem.

Solução dos conflitos?

Os *Askhenazitas* foram os responsáveis pela construção da sociedade israelense, venceram praticamente todas as guerras e conseguiram, por fim, excluir parte considerável dos árabes do país e ainda vem promovendo ações persecutórias aos imigrantes não judeus em situação irregular em Israel. Foram eles quem, no passado, puderam absorver uma grande quantidade de imigrantes judeus e tiveram a possibilidade de inseri-los em seu próprio modelo cultural e ideológico.

²⁴ *Ibidem*, p. 104.

Os choques violentos entre árabes e judeus durante as duas *Intifadas* e a contínua política de ocupação do território palestino levaram a sociedade israelense a retroceder sob o ponto de vista político e social. As mudanças no controle hegemônico *Askhenaz* – sionista estão em curso, sobretudo no campo da comunicação, no modo como os descontentamentos e as manifestações vêm sendo divulgados diante de um contexto de perseguição, racismo e discriminação.

Em Israel existem populações mais discriminadas do que outras. O exemplo mais marcante, sem dúvidas, são os árabes-palestinos, os quais diariamente detêm seus direitos básicos outorgados em um Estado que se define como judeu em suas Leis Fundamentais. Ainda, de acordo com Baruch Kimmerling:

Em Israel há, na prática, três tipos de desigualdades. A primeira é a desigualdade fincada nas diferenças cada vez maiores na distribuição de renda e dos recursos públicos; esse é um fenômeno universal, não exclusivo de Israel. Neste contexto, ela opera em benefício dos Ahusalim. A segunda é a desigualdade civil-política, que brota principalmente do fato de Israel ser uma sociedade essencialmente formada por imigrantes, que com dificuldade desvencilhava-se das origens religiosas do nacionalismo israelense. A terceira é a desigualdade cultural, que se expressa no grande número de culturas, mas sem pluralidade cultural – quer dizer, sem o reconhecimento da legitimidade das diferenças culturais e das necessidades que isso demanda.²⁵

A partir daí, reascende a grande distorção de “Democracia israelense”, em seu sentido conceitual de governo da maioria sobre a minoria, além da falta de proteção dos direitos a certas categorias e o desrespeito à igualdade civil das minorias nacionais, principalmente por parte dos árabes-palestinos frente a um progressivo estado de arbitrariedade de uma maioria ilusória e imaginada.

Em Israel praticamente todo o território está nacionalizado. Conforme definição legislativa, as terras nacionalizadas são de propriedade do “povo judeu”. Desde a fundação do Estado, em 1948, não foi permitido o estabelecimento de nenhum novo povoado árabe. Os povoados árabes então existentes, não são reconhecidos pelo Estado e o não reconhecimento implica na escassez de serviços básicos como o fornecimento de água e energia elétrica.

A negação sistemática ao direito à cidadania condiz com o contexto específico em Israel – a garantia de seu caráter judaico. Para a elite *Askhenaz*, a reafirmação do Estado jadaico ocorre uma vez que a sua existência esteja diretamente ameaçada por uma situação de conflito permanente, cujos inimigos aspiram o seu total e completo aniquilamento. O sentimento de temor é considerado a base de tudo e os atuais governos, aliados aos religiosos

25 KIMMERLING, Baruch. *O fim da hegemonia Ashkenazita*. Tradução de Gabriel Mordoch. São Paulo: s/ed., 2001, p. 10.

ultranacionalistas, foram muito bem sucedidos em saber explorá-lo. Nesse mesmo passo, o fortalecimento dos fundamentos religiosos-ideológicos no nacionalismo contribuiu para que a Cisjordânia voltasse a ser chamada de *Judeia e Samaria*, demarcando assim a posse histórica judaica sobre a região, por parte de religiosos fundamentalistas que anseiam deflagrar uma tentativa de limpeza étnica.

Nesse ínterim, uma nova onda de imigrantes russos chega a Israel, uma grande quantidade é alocada nos assentamentos ilegais na Cisjordânia e Jerusalém Oriental, muito embora, parte considerável não seja judia. A imigração da ex-União Soviética havia sido um projeto de reforço demográfico *Askhenaz*, esperava-se contudo que eles fossem absorvidos por essa classe.

A vinda da segunda onda migratória russa despertou nos árabes o medo de um declínio em sua força político-eleitoral, devido ao crescimento proporcional na quantidade de eleitores judeus, bem como pelo fato dos imigrantes dirigirem-se às regiões de maior concentração de população árabe, ao longo da linha verde e além dela, e principalmente na região do Golan. Pelo fato de a maioria dos imigrantes ser laica e muitos deles casados com não-judeus, de acordo com a definição ortodoxa, esta imigração também ameaçou a força política dos partidos religiosos.²⁶

A situação de contradição cultural interna de Israel, representada por uma terra cobiçada pelos judeus que está localizada em uma região geográfica distante do Velho Mundo, reascende na medida em que Israel ainda se enxerga como parte intrínseca da Europa e do Ocidente. Ocorre que, com o passar do tempo, os árabes passam a reivindicar autonomia cultural.

O medo dos palestinos vem desgastando as possibilidades da instauração de um Estado palestino soberano. Em seu lugar, muitos intelectuais árabes-palestinos e israelenses passaram a almejar a possibilidade da criação de um Estado binacional e democrático. Viver com outras pessoas que têm direitos divergentes é uma condição da política e a existência da pluralidade política e cultural não constitui motivos para a absorção cultural, principalmente para a separação e segregação das minorias nacionais. Deve ser por isso que Hannah Arendt, nos textos que compõem a obra *The Jewish Writings*, pôde reafirmar a sua preferência pela proposta de um Estado judeu-árabe, ao invés da ideia de um Estado sob uma soberania judaica. “A Palestina poderia ser salvaguardada como lar nacional dos judeus apenas se (como os outros pequenos países e nacionalidades) fosse integrada em uma federação”, escreveu em 1943.²⁷

²⁶ *Ibidem*, p. 52.

²⁷ ARENDT, Hannah. *The Jewish Writings*. New York: Schocken, 2008, p. 344.

Muito embora a integração seja imprescindível, sua consecução depende de esforços por parte de autoridades intransigentes demais para retomarem os diálogos e assim viabilizar uma solução definitiva. A prevalência da intolerância e das incertezas gerou, ao longo de gerações um estado de desânimo e falta de otimismo que, em certos graus podem ser considerados irreversíveis. Para muitos palestinos e israelenses defensores da Causa Palestina, talvez já seja tarde demais para uma possível conciliação.

